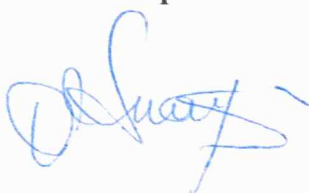


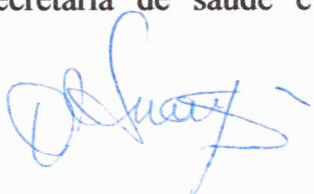
Ata da 4ª (Quarta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Várzea – PB, referente ao 2º (Segundo) Período Legislativo de 2025 (dois mil vinte e cinco).

Aos 04 (quatro) dias do mês de Agosto do corrente ano, às 19h:00min (dezenove) horas reuniu-se em Sessão Ordinária na Câmara Municipal de Várzea – PB, sob a Presidência do Exmo. Sr. Francisco Lindeildo de Araújo, na presença do Primeiro Secretário Sr. Vereador João Victor Medeiros do Nascimento, do Segundo Secretário Sr. Vereador José Zimar Fernandes, do Primeiro Vice-Presidente Sr. Vereador Getúlio Hermínio da Silva e dos demais Srs. Vereadores: Carlos Antônio de Medeiros, João Martins de Medeiros Júnior, Márcia Lúcia de Souza Lima e Vagner Araújo de Sousa. Havendo número legal com exceção do Sr. Vereador Carlos Henrique Lopes de Melo que remeteu justificativa a mesa com antecedência, o Exmo. Sr. Presidente saúda a todos os presentes e em seguida, em nome de Deus, do Padroeiro São Francisco e do Povo de Várzea, declara aberta a 4ª (Quarta) Sessão Ordinária do 2º (Segundo) Período Legislativo. Prosseguindo o Presidente fez a leitura da ordem do dia que constava o seguinte na pauta: **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/2025** – Dispõe sobre a necessidade de manutenção e viabilização do cadastro atualizado de medicamentos na Farmácia Básica Municipal e dá outras providências; **REQUERIMENTO Nº 049.2/2025** – Moção de Pesar (**JOSENILDO DE SOUZA ARAÚJO**). O Presidente Francisco Lindeildo solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura do PROJETO DE LEI Nº 013/2025: SUMÁRIO: Dispõe sobre a necessidade de manutenção e viabilização do cadastro atualizado de medicamentos na Farmácia Básica Municipal e dá outras providências. Logo após, propôs um adiamento na votação de um projeto de lei. Explicou que, ao conversar com o vereador João Martins e analisar o projeto, notou que o artigo 5º (quinto), parágrafo único, dá ao Poder Executivo um prazo de 60 (sessenta) dias para regulamentar a lei. Sugeriu que seria mais prudente retirar o projeto de pauta e encaminhá-lo ao chefe do Executivo para que, caso sejam necessárias alterações, elas sejam feitas antes da votação. Informou que conversou com a Secretária de Saúde, que não pôde comparecer à sessão, e ela o informou que a equipe está em processo de criação da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais). Essa lista, que é um instrumento fundamental para a assistência farmacêutica, tem como objetivo garantir o acesso da população a medicamentos essenciais de forma racional e transparente, em conformidade com a legislação federal. A secretária explicou que a REMUME é atualizada periodicamente e que a equipe técnica, composta por médicos e farmacêuticos, está trabalhando para garantir que a lista de medicamentos esteja adequada às necessidades da população. Com base nisso, argumentou que, se a votação ocorresse naquele momento, a lei poderia precisar de uma nova regulamentação



posteriormente. Portanto, pediu a compreensão dos vereadores para adiar a votação para a próxima sessão, quando o projeto já teria sido analisado pela gestão executiva. Ainda sugeriu que, na próxima reunião, a secretária de Saúde e a farmacêutica fossem convidadas para fornecer mais detalhes sobre o projeto. Por fim, deixou a decisão nas mãos dos vereadores: votar o projeto imediatamente ou adiar a matéria. A vereadora Márcia solicitou a palavra e iniciou suas considerações confirmando que a lei proposta já tem base em uma lei federal existente, a 14.654 (quatorze mil seiscentos e cinquenta e quatro). Explicou que a RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) já é uma lista obrigatória de medicamentos. Essa lista tem categorias, como a de elenco básico, que é obrigatória para os municípios. Seguidamente, mencionou que os municípios podem criar suas próprias listas, conhecidas como REMUME, e que a criação dessa lista já está em andamento. Destacou que a lei que está sendo discutida tem como objetivo adequar o município a uma lei nacional que já existe. Ainda ressaltou que a iniciativa é importante para a cidade. Posteriormente, comentou que o Tribunal de Contas do Estado exige, por meio de um portal da transparência, o controle adequado de estoque, não apenas de medicamentos, mas também de veículos e outros itens. Por fim, afirmou que não vê problema em votar a favor da lei naquele momento, pois ela apenas reforça algo que a legislação federal já determina como obrigatório. O presidente Francisco Lindeildo concordou com a vereadora Márcia, reforçando que os municípios precisam se adequar às novas normas e leis que são constantemente alteradas. Destacou a necessidade de o município se alinhar a essas mudanças. O vereador Vagner expressou sua opinião sobre o projeto, defendendo a autonomia do Poder Legislativo. Reconheceu a preocupação do presidente Francisco Lindeildo, mas argumentou que a matéria já foi discutida e analisada, e que o colegiado deve exercer sua independência votando no projeto. Ressaltou que a Câmara é um poder independente e que os vereadores não devem deixar de votar em um projeto que já está em pauta, independentemente de quem o propôs. Explicou que, se o projeto for aprovado, ele será encaminhado para o Poder Executivo. Caso o prefeito entenda que são necessárias alterações, ele pode fazê-las antes de sancionar a lei. Em seguida, concordou com a vereadora Márcia, destacando que a proposta apenas regulamenta algo que já existe e que a sua aprovação trará mais transparência para o município. Mencionou a importância de a população ter acesso à lista de medicamentos disponíveis, já que a falta de informação é uma queixa comum. Por fim, enfatizou que a Casa Legislativa deve respeitar a proposição de qualquer vereador e que, se o projeto for aprovado, cabe à gestão municipal fazer os ajustes que julgar necessários. O vereador Carlos Antônio solicitou a palavra, saudou a todos e declarou que se pronunciou para esclarecer que não tem a intenção de tirar o mérito do vereador autor do projeto. Mencionou que conversou com o vereador João Martins antes da sessão e expressou a necessidade de mais tempo para analisar o projeto. Argumentou que o projeto chegou na quinta-feira e ele só tomou conhecimento do seu teor na sexta-feira.

Diante da falta de tempo para uma análise adequada, pediu compreensão para que a matéria fosse votada na próxima sessão. Afirmou não ter tido tempo suficiente para ler e compreender a matéria, portanto sugeriu que o adiamento permitiria uma análise mais aprofundada para verificar se o projeto precisa de algum ajuste. Expressou a preocupação de votar uma lei hoje e ter que alterá-la em seguida, o que poderia ser evitado com uma análise mais cuidadosa. Por fim, reforçou que seu pedido não é para desmerecer o projeto, mas sim para garantir que a lei seja votada de forma correta e bem-analisada. O vereador João Martins solicitou a palavra, saudou a todos e de início abordou a preocupação dos colegas sobre o prazo. Explicou que protocolou o projeto na quinta-feira, dentro do prazo regimental, para permitir a análise de todos. Destacou que o Artigo 5º (quinto), parágrafo 1 (um), já prevê um prazo de 60 (sessenta) dias para o município se adequar após a sanção, o que ele considera tempo suficiente. Também mencionou que, mesmo que o prefeito devolva a matéria, a câmara pode votá-la novamente, e não vê problema nisso. Argumentou que a votação é importante porque a ideia do projeto veio de inúmeros pedidos da população, que o questiona sobre a disponibilidade de medicamentos na cidade. Concluiu solicitando a aprovação do projeto ainda hoje, ressaltando a importância de dar essa resposta à população. O Presidente Francisco Lindeildo questionou a vereadora Márcia, que preside a comissão de saúde, sobre a viabilidade de votar o projeto 013/2025. A vereadora Márcia afirmou que o projeto estava pronto e adequado a uma lei federal já em vigor, não vendo impedimentos para sua tramitação. O presidente então informou que a mesa diretora, após conversar com a secretária de saúde, foi aconselhada a não colocar o projeto em votação no momento. A vereadora Márcia, em resposta, defendeu a independência do poder legislativo. Argumentou que o projeto apenas regulamenta uma lei federal já existente e que, se o município não a cumprisse, poderia até mesmo ser alvo de uma ação judicial. O Presidente Francisco Lindeildo encerrou a troca de falas questionando a vereadora se ela se responsabilizava pela execução do projeto, caso ele fosse aprovado e não fosse cumprido. O vereador Carlos Antônio, atuando como líder do governo e membro das comissões de economia e saúde, solicitou a vista do projeto. Justificou seu pedido com a necessidade de analisar melhor a matéria. O Presidente Francisco Lindeildo acatou o pedido e informou ao vereador João Martins que o projeto não seria votado nesta sessão, mas seria incluído na pauta da próxima. Pediu a compreensão do vereador autor e dos demais vereadores. O vereador João Martins, confuso com a decisão, questionou em que base o projeto estava sendo retirado de pauta. O presidente Francisco Lindeildo apenas reiterou que o projeto não entraria em votação. O vereador Carlos Antônio interveio novamente, reforçando que, como vereador, ele tinha o direito regimental de pedir vista do projeto, o que ele fez. O Presidente Francisco Lindeildo concedeu a vista do projeto, elogiando a decisão ao afirmar que o adiamento permitirá um debate mais aprofundado. Sugeriu que a secretária de saúde e a farmacêutica responsável pela coordenação de



medicamentos sejam convidadas para participar da discussão. Destacou também que a atual gestão é transparente e que, embora a câmara seja um poder independente, é fundamental que as ações estejam em conformidade com a lei. Reiterou a importância de não se colocar "acima da lei", mas sim de trabalhar de acordo com ela. Seguidamente, o Presidente Francisco Lindeildo solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura do REQUERIMENTO Nº 049.2/2025: SUMÁRIO: Moção de Pesar (JOSENILDO DE SOUZA ARAÚJO). O Segundo Secretário, vereador José Zimar, coordenou o período de discussão. O vereador João Martins solicitou a palavra para prestar uma homenagem a um amigo falecido, carinhosamente conhecido como "Potinho". Iniciou expressando a admiração que sentia pelo mesmo, mencionando que a amizade entre eles começou na advocacia e se fortaleceu ao longo do tempo. Compartilhou um momento de orgulho, lembrando que conseguiu auxiliar na aposentadoria de Potinho, proporcionando-lhe um "certo conforto" por meio de seu trabalho. Ressaltou que uma das qualidades que mais admirava em Potinho era o fato de ele nunca reclamar, sempre respondendo com um "tá tudo bem, Juninho". Em seguida, afirmou que aprendeu muito com Potinho nos poucos momentos que passaram juntos. Expressou surpresa com a notícia do falecimento, pois havia conversado com Potinho na semana anterior e prometido visitá-lo. Ao final, reiterou os sentimentos à família, à "Corrinha" e aos filhos, e concluiu dizendo que Potinho deixou um grande legado e não tinha inimizades, sendo uma pessoa admirada por todos. A vereadora Márcia solicitou a palavra e iniciou pedindo permissão à família para tratá-lo pelo apelido e revelou que teve a oportunidade de conviver com ele, inclusive durante o período em que ele foi acometido pela silicose. Seguidamente, explicou que a silicose é uma doença causada pela inalação de poeira sílica, comum entre os trabalhadores de pedreiras. Recordou que, no início dos anos 2000 (dois mil), com a implantação de serrarias no município, houve uma fiscalização da Anvisa. Naquela época, representantes do órgão alertaram que, em no mínimo dez anos, a população de Várzea estaria acometida por doenças pulmonares devido à poeira sílica. Lamentou que Potinho seja uma das vítimas dessa realidade, tendo de trabalhar nas serrarias para sustentar a família. Logo após, o descreveu como um homem de muita força e fé, que lutou bravamente pela vida e sofreu muito com a doença, dependendo de um respirador diariamente. Concluiu o destacando como um homem de bem, que lutou até o fim pela família e pela vida e expressou seus mais sinceros sentimentos a Corrinha, aos filhos, familiares e a todos que o amavam. O Presidente Francisco Lindeildo destacou que Potinho era um "marteleiro", uma profissão perigosa que lida diretamente com o pó de pedra. Lamentou que tenha sido uma vítima desse pó, mas ressaltou que ele deixou um legado como um homem trabalhador e um pai de família exemplar. Concluiu desejando que Deus o tenha em um bom lugar. O Vereador João Martins questionou o presidente sobre seu requerimento, percebendo que a pauta estava avançando para as informações gerais sem mencioná-lo. Logo



após, se ofereceu para ler o documento caso o presidente não o tivesse em mãos. O Presidente Francisco Lindeildo confirmou que o requerimento de número 050.2/2025 existia, mas explicou que ele não estava na pauta. Supôs que a matéria foi apresentada após a elaboração da pauta, que é digitalizada e finalizada no sábado. O Vereador João Martins rebateu, invocando o regimento interno da casa. Argumentou que, de acordo com as regras, um requerimento pode ser apresentado até mesmo durante a sessão. Insistiu que, embora entenda o processo de digitalização, o regimento interno não foi alterado e deve ser respeitado. O Presidente Francisco Lindeildo reconheceu o direito do vereador João Martins de apresentar um requerimento durante a sessão, conforme o regimento. No entanto, pediu a compreensão de João Martins e dos demais vereadores, explicando que os processos da câmara estão sendo digitalizados. Para que todos os documentos sejam devidamente incluídos na pauta e divulgados no site do protocolo digital, é necessário que eles sejam apresentados dentro do prazo. Apesar de sua preocupação com o processo digital, concordou em colocar o requerimento em votação. O Vereador João Martins agradeceu o entendimento do presidente e sugeriu, como forma de resolver a questão, que ele submeta uma proposta de alteração do regimento interno para que esse reflita o novo processo de digitalização. Reiterou que, no momento, o regimento ainda permite que requerimentos sejam apresentados verbalmente durante a sessão. O Presidente Francisco Lindeildo reforçou seu pedido de compreensão, lembrando que o objetivo da digitalização é dar publicidade aos trabalhos da casa por meio do site. Reafirmou que, para garantir essa divulgação, os documentos precisam ser apresentados dentro do prazo da ordem do dia. O Presidente Francisco Lindeildo colocou o REQUERIMENTO Nº 049.2/2025 em votação onde foi aprovado por 7 (sete) pares presentes nessa sessão ordinária. Em seguida, solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura do REQUERIMENTO Nº 050.2/2025: SUMÁRIO: Solicita do Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Infraestrutura que seja feito a manutenção de vários trechos das estradas rurais, dentre os quais destacamos os seguintes trechos: Tremps; Alemanha e xique-xique; Serrotes preto (após Duda); Entrada que faz divisa com o cercado de Severino Sitonho, onde dá acesso para as vazantes, ou seja, pra o açude da Água azul; Caiçaras. O vereador João Martins iniciou a defesa da matéria justificando a sua apresentação tardia do documento, explicando que foi procurado por duas pessoas no mesmo dia a respeito da questão. Enfatizou que o requerimento é um apelo do povo e uma forma de se solidarizar com o "homem do campo", que depende das estradas para transitar diariamente. Reconheceu que a gestão atual tem trabalhado nas estradas, mas ressaltou que ainda há muitos trechos a serem concluídos, especialmente os mencionados em seu requerimento. Em seguida, admitiu que, pessoalmente, não gostaria de ter que apresentar um requerimento como este, pois esperava que todas as estradas já tivessem sido concluídas conforme prometido. Expressou sua surpresa ao ser procurado pela população e reforçou a importância de ouvir o povo. Concluiu

pedindo a aprovação do requerimento aos pares presentes, com o objetivo de atender aos interesses dos moradores da zona rural. O Vereador Carlos Antônio saudou a todos e de início reconheceu o direito do parlamentar de fazer a solicitação, discordou da afirmação de que as estradas não estão sendo feitas. Logo após, pediu perdão se interpretou mal a fala de João Martins, mas reafirmou que as obras de manutenção estão em andamento. Explicou que o processo está sendo mais demorado porque o trabalho está sendo feito com qualidade, com o uso de três máquinas (uma motoniveladora, um caminhão caçamba e uma carregadeira). Assegurou que o secretário de infraestrutura tem o compromisso de fazer todas as estradas vicinais. Informou que, após a conclusão do trecho do Loreto, a manutenção seguirá para outras áreas, como o Figueiredo e a região da propriedade da mãe de João Martins. Ressaltou que a gestão quer concluir todos os trechos para que o requerimento não seja mais necessário na câmara. Finalizou sua fala garantindo que as demais comunidades, não mencionadas no requerimento, também terão suas estradas recuperadas. O vereador João Victor iniciou sua fala saudando a todos e reiterou as palavras do vereador Carlos Antônio. Como membro da mesa diretora, expressou sua opinião de que o requerimento não precisaria nem ser votado. Justificou sua posição, lembrando que o próprio autor do requerimento, vereador João Martins, reconheceu que as estradas estão sendo feitas. Acrescentou que, tanto o líder do governo quanto o prefeito e o secretário de infraestrutura, garantiram que as obras não serão paralisadas e serão concluídas o mais breve possível. Dessa forma, em seu entendimento, a votação do requerimento seria desnecessária. O vereador Vagner saudou a todos e iniciou sua fala parabenizando o vereador João Martins pelo requerimento. Reconheceu que as estradas estão, de fato, sendo feitas e com qualidade, concordando com as informações do vereador Carlos Antônio. No entanto, mudou o foco de sua fala para defender a independência do poder legislativo. Argumentou que é preciso respeitar a iniciativa de cada vereador, especialmente aqueles que não fazem parte da base do governo. Segundo o mesmo, os vereadores de oposição, ao contrário dos vereadores da base governista, que têm acesso direto aos secretários e ao prefeito, precisam apresentar requerimentos na câmara para dar visibilidade às demandas da população e mostrar que estão trabalhando. Destacou que a população procura todos os vereadores, tanto para mostrar pontos positivos quanto para apresentar problemas. Defendeu que o requerimento de João Martins, mesmo que aborde uma questão que já está sendo resolvida, é legítimo porque foi um pedido de moradores da localidade. Concluiu sua fala reiterando que qualquer requerimento, independentemente de sua natureza, deve ser votado e apreciado pelos vereadores. O Presidente Francisco Lindeildo saudou a todos e, inicialmente, reforçou a importância do debate e reiterou os pontos levantados pelos demais pares. Destacou a mudança e a inovação da nova gestão, afirmando que as estradas estão sendo restauradas com qualidade e responsabilidade. Elogiou o trabalho do secretário Francinaldo, ressaltando o esforço empenhado, e garantiu que o serviço será

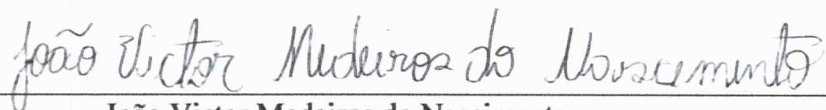
concluído. Em seguida, lembrou aos vereadores que o próprio prefeito já esteve na câmara, informando sobre o trabalho que está sendo feito. Por fim, reforçou a ideia de que os vereadores têm o direito de apresentar requerimentos, tanto para cobrar quanto para pedir, como bem colocado pelo vereador Wagner. Concluiu mencionando que, embora o segundo semestre do ano esteja apenas começando, tem certeza de que as demandas serão atendidas. O Presidente Francisco Lindeildo colocou o REQUERIMENTO Nº 050.2/2025 em votação onde foi aprovado por 7 (sete) pares presentes nessa sessão ordinária. Seguidamente, solicitou que o Segundo Secretário, vereador José Zimar, que coordenasse o período de informações gerais. O vereador Carlos Antônio saudou a todos e iniciou sua fala agradecendo o poder legislativo pela aprovação dos projetos. Também pediu a compreensão do vereador João Martins por ter solicitado vista do Projeto de Lei nº 013/2025. Em seguida, informou sobre diversas ações da prefeitura, principalmente na área da saúde, destacando os seguintes pontos: O município foi contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que permitirá a aquisição de equipamentos para as unidades básicas de saúde e para teleconsultas; O serviço de exames laboratoriais foi ampliado. Agora, além dos agendamentos, também serão realizados exames por demanda espontânea para toda a população; A reforma do Centro de Atendimento Especializado (CAE), próximo ao ginásio Vitória Cristina, já foi iniciada. A inauguração está prevista para 15 (quinze) de agosto e o local abrigará um serviço especializado em saúde bucal, oferecendo, entre outros, tratamento de canal; A secretaria de saúde adquiriu um novo veículo, um carro modelo "Strada", para reforçar os serviços de atendimento; No dia 12 (doze) de agosto, a gestão municipal implantará o Centro de Reabilitação Multifuncional, que passará a oferecer, pela primeira vez no município, atendimento com médico neuropediátrico; Na próxima sexta-feira, dia 8 (oito), a secretaria de saúde realizará um mutirão de exames de ultrassonografia; Os serviços de sinalização horizontal e a colocação de placas de trânsito em ruas asfaltadas também já foram iniciados; A recuperação das estradas, em andamento na comunidade de Loreto, deve ser concluída dentro do mês. Ele também mencionou a dificuldade de manter os serviços, mas garantiu que o compromisso da gestão é de concluir todos os trechos; Devido à seca, o abastecimento de água nas comunidades rurais está sendo reforçado com mais de dez caminhões-pipa por semana. Por fim, também respondeu ao vereador Wagner, que havia afirmado que os vereadores da oposição não tinham o mesmo acesso à gestão. Com base nisso, assegurou que as portas da secretaria e da prefeitura estão abertas para todos os vereadores, independentemente de sua posição política. Garantiu que o prefeito e os secretários têm o dever de atender toda a população, e isso inclui os membros da oposição. O Vereador Wagner iniciou sua fala concordando com as palavras de Carlos Antônio sobre a importância da abertura para o diálogo. No entanto, expressou que, em seu quarto mandato, sempre prezou pela harmonia e o respeito na política. Destacou que a união entre o poder executivo e o legislativo é fundamental para servir

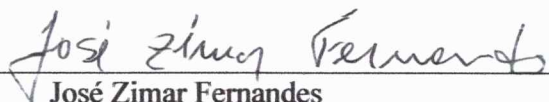
bem à população, que confiou seu voto a eles. Revelou que, apesar de sempre manter o respeito com todos, tem se sentido entristecido. Mencionou que, embora tenha feito duas solicitações por ofício para secretarias municipais há 180 (cento e oitenta) dias, ainda não obteve resposta. Em seguida, fez uma crítica pessoal, porém não nominal, a uma secretária municipal. Lamentou que, dos 12 (doze) secretários, apenas uma pessoa o ignora e vira a cara ao passar por ele. Expressou sua tristeza com a situação, destacando que sempre respeitou a todos, inclusive essa pessoa e sua família. Comentou que ora para que ela faça uma boa gestão, não por ele, mas para o povo da cidade, e para que ela entenda que ele não é uma pessoa má. Concluiu sua fala reiterando seu compromisso de sair da política da mesma forma respeitosa com que entrou. Em seguida, defendeu que todo e qualquer servidor, do gari ao assessor, merece respeito, e que é triste quando essa reciprocidade não acontece. Finalizou afirmando que o respeito não se deve apenas ao cargo de legislador, mas por ser um cidadão que nasceu e se criou na cidade. O vereador Carlos Antônio respondeu ao vereador Wagner, expressando que compreendeu suas palavras. Solicitou a Wagner para não levar para o lado pessoal o fato de não ter recebido respostas aos ofícios. Aconselhou Wagner a continuar buscando as informações e a não desistir, pois, como representante do povo, é seu dever lutar pela população. Reiterou a mensagem da gestão, garantindo que o prefeito orientou todos os secretários a atenderem não apenas os vereadores, mas toda a população, de forma prioritária e com a devida atenção. O vereador João Martins saudou a todos e iniciou suas considerações parabenizando o vereador Zimar pelo seu aniversário e a senhora Geraldina por completar 100 (cem) anos, elogiando-a como uma mulher de fibra e um exemplo para a comunidade. Em seguida, corrigiu a fala do vereador Carlos Antônio sobre seu requerimento, esclarecendo que não se esqueceu de nenhuma comunidade. Explicou que o requerimento se referia especificamente às comunidades de onde as pessoas que o procuraram residem, e que está sempre à disposição para ajudar qualquer pessoa. Dedicou um momento para parabenizar a escola ECI Odilon de Figueiredo, que celebra seu aniversário. Reconheceu o trabalho dos servidores e alunos e a importância da escola como um modelo para o município. Logo após, retomou a cobrança pelo aumento salarial dos servidores públicos, algo que, segundo o próprio, foi prometido em março. Sublinhou que se comprometeu a continuar cobrando a gestão em todas as sessões, enfatizando que a valorização dos servidores é mais importante do que a votação de projetos. Direcionou também uma mensagem a dois grupos distintos. Primeiro, se dirigiu diretamente às pessoas que, ao procurarem a gestão municipal, teriam recebido uma negativa sob a alegação de que ele estaria impedindo a realização de alguma ação. Seguidamente, classificou essa justificativa como uma mentira e reforçou que jamais impediria o gestor de contratar alguém ou de ajudar a população. Posteriormente, se dirigiu diretamente aos que estariam usando essa justificativa mentirosa. Citou que está ciente de tudo e que a mentira "não cola". Considerou o uso desse artifício como algo "pequeno" e uma "falta de argumento", pois existem outras justificativas

para não realizar algo por alguém. Concluiu afirmando que não tem o poder de impedir ações do executivo, que é autônomo, e que continua a dormir tranquilo por ter a consciência limpa. O vereador Getúlio saudou a todos e inicialmente e parabenizou o vereador Zimar e a senhora Geraldina pelo seu centenário, elogiando-a como uma "pessoa de fibra". Também dedicou sua fala a todas as mulheres, mencionando o Agosto Lilás e se posicionando contra a violência doméstica. Então passou a discutir a questão da manutenção das estradas, concordando com Vagner e João Martins. Reconheceu a demora no início dos trabalhos, explicando que isso ocorreu devido a uma pausa de 15 (quinze) dias para focar nas obras do "João Pedro". No entanto, pediu paciência à população, garantindo que o trabalho será concluído. Sugeriu que, no próximo ano, a organização para o "roço" e manutenção das estradas comece mais cedo, para evitar atrasos e as cobranças por parte da população e dos vereadores. A vereadora Márcia saudou a todos e iniciou seu discurso parabenizando o vereador Zimar pelo seu aniversário e a Sra. Geraldina, que completou 100 (cem) anos. Também mencionou a Sra. Anita, de 103 (cento e três) anos, destacando a importância de ambas como "mulheres de fibra" e com uma história de vida significativa para o município. Em seguida, abordou o tema do Agosto Lilás, uma campanha de combate à violência contra a mulher. Ressaltou que, embora seja um mês simbólico, a luta deve ser diária. Logo após, discordou da afirmação de que as mulheres são indefesas, defendendo que os homens agressores são, na verdade, covardes que usam da força física para se sobrepujar às mulheres, por não terem outra forma de se igualar a elas. Logo após, lamentou que, apesar do avanço das mulheres na sociedade, a misoginia ainda prevalece, e que a violência de gênero, seja física, psicológica ou emocional, ainda é normalizada. Também dedicou um momento para parabenizar a escola ECI Odilon de Figueiredo por seus 78 (setenta e oito) anos. Compartilhou memórias de sua própria infância e adolescência na escola e destacou a importância da instituição para a história de Várzea. Ressaltou que, dos 18 (dezoito) gestores que a escola teve, 16 (dezesesseis) eram filhos da terra, o que demonstra a dedicação e o compromisso dos cidadãos do município com a educação. Afirmou que a história de Várzea e a história de seus cidadãos devem ser protegidas e valorizadas, pois elas moldam o futuro da cidade. Por fim, reforçou a ideia de que o papel do legislador foi dado por Deus e pelo povo, e que a responsabilidade de cada vereador é cumprir esse papel da melhor forma possível. O Presidente Francisco Lindeildo agradeceu a todos os presentes e aos que acompanharam pelas redes sociais. Reforçou a importância do debate e do papel dos vereadores como representantes do povo. Agradeceu ao deputado pela comunicação de que o município foi contemplado com um kit de telessaúde no valor de R\$ 158.000 (cento e cinquenta e oito mil reais). Mencionou que este recurso será usado no novo programa de saúde da secretária Anailza, que contará com dez profissionais para um atendimento capacitado e responsável. Agradeceu também aos secretários que, em todas as áreas, têm se empenhado em atender a população de forma transparente e

coerente. Em seguida, informou que representantes do Orçamento Democrático do Governo estiveram no município. Comemorou a alta participação da população na votação de propostas, com mais de 600 (seiscentas) pessoas votando, um número significativamente maior do que as 67 (sessenta) pessoas da gestão anterior. Convidou a todos a participar do evento em Santa Luzia no dia 7 (sete) de setembro, informando que a prefeitura disponibilizará transporte. Logo após, homenageou a escola ECI Odilon de Figueiredo, que celebrou 78 (setenta e oito) anos. Se identificou como ex-aluno, junto com o Dr. Camilo, e relembrou professores marcantes da sua época. Ressaltou a importância da educação e do legado da escola para a história do município. Seguidamente, solicitou aos secretários que atendam aos vereadores de forma mais "pacata" e transparente, atendendo às reivindicações feitas na sessão. Finalizou informando que, na próxima reunião, será apresentada a primeira votação do orçamento municipal. Também mencionou a necessidade de deliberar sobre o orçamento da própria câmara, que também precisa de atualizações. Assim, terminada a ordem do dia e não havendo mais nada a deliberar, em nome de Deus, do Padroeiro São Francisco e do Povo de Várzea, declarou encerrada a 4ª (Quarta) Sessão Ordinária. Sendo lavrada esta Ata que depois de lida e achada de conforme, vai ser devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente Francisco Lindeildo de Araújo, pelo Primeiro Secretário o Sr. Vereador João Victor Medeiros do Nascimento e pelo Segundo Secretário Sr. Vereador José Zimar de Fernandes. Casa José Peregrino de Araújo, Plenário João Martins de Medeiros, em 04 (quatro) de Agosto de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

Presidente 
Francisco Lindeildo de Araújo

1º Secretário 
João Victor Medeiros do Nascimento

2º Secretário Em Exercício 
José Zimar Fernandes